Trabalho apresentado no 23° CBCENF

Título: MORTALIDADE MATERNA NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO INTERACIAL.

Relatoria: FLAVINE EVANGELISTA GONÇALVES

Autores:
Elyade Nelly Pires Rocha Camacho
Joanny Emanoelly Campos do Nascimento
Ana Carla Cavalcante Ferreira
Brenda Caroline Martins da Silva

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: TECNOLOGIA, PESQUISA, CUIDADO E CIDADANIA

Tipo: Pesquisa

Resumo:

INTRODUÇÃO: A mortalidade materna (MM) abrange a ideia da prematuridade dessa óbito cuja causa geralmente é prevenível. Dessa forma, essa expressão indica não apenas o estado biológico da mulher, como também as deficiências nos serviços de saúde. OBJETIVO: Investigar o número de casos de óbito materno no Brasil e analisar as variáveis relacionadas a esses óbitos, no contexto de raça/cor dessas mulheres. METODOLOGIA Trata-se de uma pesquisa observacional, retrospectiva e nacional que coletou dados do DATASUS do Ministério da Saúde (MS), no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/SVS). As variáveis avaliadas no estudo foram: raça/cor e indicadores de causas de MM. RESULTADOS: O presente estudo revela que entre 2017 e 2020, houve um aumento no percentual de mulheres negras, pardas ou indígenas vítimas de morte materna: 2017 (57,8%), 2018 (58,2%), 2019 (58,2%) e 2020 (60,1%). Ademais, foi constatado que esses dados independem do tipo de causa que leva a esse óbito. Entre mulheres em idade fértil (MIF) que vão a óbito materno por causa presumível 37,6% são brancas, enquanto 62,3% são negras, pardas ou indígenas. Já entre as MIF vítimas de MM sem causa presumível as taxas de óbito são: mulheres brancas (47,2%) e retintas (52,7%). Mulheres brancas representam 27,1% (causas obstétricas diretas) e 38,8% (causas obstétricas indiretas) contra 72,8% e 61,6% de mulheres de cor que vão a óbito pelas mesmas causas, respectivamente. Quando a causa é obstétrica, porém não identificada, a morte de mulheres negras, pardas ou indígenas também é superior, alcançando 69,2%. Foi observado que as disparidades étnicos-raciais são significativas nesse contexto, uma vez que mulheres pretas, pardas ou indígenas são a maioria atingida pela MM. CONCLUSÃO: Tais dados denunciam a carência de pesquisas, de monitoramento sob a MM considerando as características étnicos-raciais, a assistência à saúde da mulher e as práticas obstétricas e de políticas públicas que mitiguem a condição de vulnerabilidade que essas mulheres enfrentam em seu ciclo gravídico-puerperal e fora dele, amparada por raízes históricas de racismo estrutural. Nesse aspecto, a enfermagem tem papel fundamental como agente transformador dessa realidade, a partir de uma assistência ao parto humanizado, inclusão e representação nas câmaras técnicas de monitoramento de MM em serviços de saúde nacionais e regionais.